

Construção de heróis nacionais em Portugal e Moçambique: os casos de Mouzinho de Albuquerque e Ngungunhana ¹

ISABEL DE SOUZA LIMA JUNQUEIRA BARRETO*

O presente trabalho visa refletir sobre o surgimento de heróis nacionais a partir de uma situação de conquista. Esta, no caso, é a conquista do Império de Gaza por Portugal no ano de 1895. Gaza situava-se ao sul do que é hoje o Estado de Moçambique, localizado no sul do continente africano. Faz fronteira a leste com o Oceano Índico, ao norte com a Tanzânia, a oeste com o Malawi, a Zâmbia e o Zimbábue e, ao sul, com a África do Sul.

A ideia força é pensar a construção de heróis nacionais para Portugal, no final do século XIX, e para Moçambique após a independência, a partir das biografias de dois personagens a saber, Joaquim Augusto Mouzinho de Albuquerque, oficial de cavalaria do exército português, que pela sua ação na prisão de Ngungunhana (soberano de Gaza, sul de Moçambique, de 1884 a 1895) foi elevado a Major e à categoria de herói e também, o próprio Ngungunhana. A partir deles é possível refletir sobre uma nova etapa da história do colonialismo português. Pode-se verificar também que “trajetórias individuais podem auxiliar na compreensão de conjunturas vividas por uma dada sociedade e do imaginário coletivo criado em volta de certos símbolos alçados à categoria de nacionais” (BARRETO, 2007: 19).

Do ponto de vista teórico nos baseamos no artigo de Pierre Bourdieu “A ilusão biográfica” (1996) e a obra de Norbert Elias “Mozart sociologia de um gênio” (1995). Dentre os estudos sobre Moçambique no Brasil, a dissertação de mestrado de Cristiano Matsinhe “Biografia de heróis no imaginário nacional moçambicano” (1997) e a biografia de Gilberto Freyre escrita por Maria Lúcia Pallares–Burke “Gilberto Freyre um vitoriano nos trópicos” (2005).

A partir de Bourdieu entendemos que biografias são ilusões ou construções feitas à partir da seleção de eventos tidos como significativos pelos seus autores. Concordamos

¹ Este trabalho é uma versão sintetizada da minha dissertação de mestrado defendida em 2007 na Universidade Federal do Rio de Janeiro.

* Doutoranda do departamento de História da Universidade Federal Fluminense

com Norbert Elias, quando este defende que a vida de um indivíduo não pode ser compreendida sem que se tenha uma clara visão da relação existente entre o indivíduo e a sociedade onde nasceu. Quanto a Matsinhe, cujo trabalho tem como foco central de análise as biografias dos líderes da independência moçambicana Eduardo Mondlane e Samora Machel, nos é esclarecedor quanto à metodologia de análise de biografias. Para o autor os heróis nacionais são aqueles a quem este adjetivo é atribuído à posteriori em reconhecimento de uma carreira e de seus méritos que atingem um ápice com a morte a partir da qual a vida é lida e relida a partir de seus aspectos considerados importantes por aqueles que recuperam suas memórias é bastante elucidativo. Por último, de Maria Lúcia Pallares–Burke, utilizo a reflexão da autora, construída a partir do entendimento de Freyre sobre biografias. Estas se dividem entre clássicas e românticas. As primeiras exaltam o biografado, enquanto as últimas enfocam os conflitos pelos quais passam seus protagonistas.

O caso de Mouzinho de Albuquerque é peculiar no que se refere a tese de Matsinhe. O militar português foi elevado a herói nacional por duas vezes: ainda em vida e após a morte. É essa questão que embasa a escolha das fontes aqui analisadas. Os biógrafos cujo discurso analisamos Amadeu Cunha, Antonio Pires Nunes e Miguel Sanches de Baêna e as obras publicadas durante as comemorações oficiais de seu centenário, exaltam sua figura pública, o tratando como um exemplo de conduta a ser seguido.

As obras escolhidas sobre Ngungunhana, também o retratam como um herói. Escritas por Maria da Conceição Vilhena, autora portuguesa, e pelo Partido Frelimo, retratam cada uma a seu modo o processo da construção de herói nacional. Para a primeira, “Ngungunhana torna-se um herói durante o processo que culminou com a volta de seus ossos para Moçambique, em 1985, conduzida pelo Partido Frelimo. A outra obra, retrata-o como um herói ainda em vida, por conta da resistência que opôs às autoridades portuguesas”. (BARRETO, Op. Cit.: 20)

Suas transformações em heróis nacionais levam-me a refletir sobre os Estados Nacionais. Não sendo a questão principal de análise, tomo como base as teses de Benedict Anderson (2005). Anderson é bastante útil. Para ele os Estados Nacionais são comunidades imaginadas, construídas a partir de um dado projeto. Quando se busca estudar o caso português, deve-se ter em mente que o Estado Nação

não é apenas o território geográfico e o conjunto de tradições de suas diferentes regiões, mas abrangia também todas as suas antigas colônias e seus povos, que deveriam através do processo de assimilação cultural se tornar portugueses a medida que abandonavam seus costumes tradicionais. Mouzinho de Albuquerque foi aquele que através da prisão e do exílio de Ngununhana ao qual se seguiu a desarticulação do Estado de Gaza permitiu que esse projeto pudesse começar a ser esboçado. Sendo assim, teve na década de 1950 sua memória propositalmente recuperada pelo governo sendo reconduzido à categoria de herói nacional, a qual foi conduzido pela primeira vez ainda em vida por conta da prisão de Ngugunhana. A década de 1950 foi o período em que as ideias administrativas da “Geração de 1895” foram postas em prática, sendo o ápice do projeto colonial português. A recuperação dos feitos de Mouzinho de Albuquerque tem uma função bem determinada, a de celebrar o Estado português e a sua empresa colonial, visto que a identidade portuguesa esteve por séculos pautada na identificação com um império colonial. (BARRETO, Op. Cit., 20)

Quanto a Moçambique, o governo do Estado independente em 1975, herdou a estrutura administrativa do período colonial. Como ocorre com as nações em formação, a eleição de Ngugunhana como herói nacional tinha função determinada: unificar o imaginário coletivo criando assim uma identificação entre ele e o povo tendo como base uma ideia de resistência. A intenção era criar uma identidade entre as populações locais, culturalmente bastante distintas. Precisava-se unificar os moçambicanos apesar da diferença de suas origens etnolinguísticas, para com isso despertar um sentimento de pertença a uma mesma nação.

O evento que passou para a história de ambos os países como a batalha de Chaimite, uma localidade ao centro do território do que era o império de Gaza, é o ponto de inflexão das biografias desses personagens e também o ponto de partida para serem alçados a categoria de heróis nacionais. Foi nessa batalha, que o imperador de Gaza, o Ngugunhana foi capturado pelo oficial de cavalaria português Joaquim Mouzinho de Albuquerque².

² As biografias destes dois personagens são fontes ricas para se pensar a ideia de nacionalidade tanto entre portugueses quanto entre Moçambicanos. A constituição da nacionalidade em Portugal é indissociável da ideia de império colonial. Sede de um império colonial desde o século XVI, Estado nação periférico política e economicamente desde o século XVIII, Portugal vê a conquista do reino de

Ter essa batalha como ponto de partida, permite-nos confrontar as biografias desses dois personagens, que tomam por conta desse evento, um peso simbólico considerável na história de ambos os países. Tanto Joaquim Mouzinho de Albuquerque quanto Ngunguhana ganham status de heróis nacionais. No caso do primeiro, é alçado a esta categoria logo que se sabe da notícia da captura do imperador de Gaza em Portugal. Moçambique passou ao se tornar independente por algo que passam os países recém independentes: a construção de uma memória nacional a partir da escolha de determinados símbolos por parte daqueles que estão pensando uma nação. Neste sentido, Michel Pollack (1992) ajuda-nos quanto o papel da memória na construção de uma identidade nacional. A memória neste caso, se refere a biografia de uma personalidade que teve a data de seu centenário transformada em data pública. Estamos nos referindo aqui a Joaquim Mouzinho de Albuquerque.

Para sabermos como se constitui a ideia de nacionalidade em Moçambique vamos nos voltar para as comemorações dos dez anos da independência. Para tanto recorreremos ao panfleto comemorativo da FRELIMO, escrito em 1985, sobre Ngungunhana que o trata como herói da resistência colonial.

A batalha de Chaimite é tratada com um peso diferente pelos autores das fontes e dos estudos históricos de que dispomos. São eles: Gaza 1897-1898, publicada pelo Capitão Gomes da Costa (1899) e biografias de Joaquim Mouzinho de Albuquerque, de Amadeu Cunha (1956), e Antonio Pires Nunes (2003). Uma biografia de Gungunhana de Maria da Conceição Vilhena (1999) e o panfleto da Frelimo acima citado e as versões históricas de René Pélissier (2000) e Malin Newitt (1995).

O primeiro passo para se entender o peso da batalha de Chaimite para a construção das identidades nacionais de ambos os países é a comparação da visão destes autores sobre ela. O capitão Gomes da Costa, que ao que parece pretende em seu livro fazer uma etnografia das populações locais, não dá em seu livro destaque a batalha de

Gaza e assim do território que hoje conhecemos como Moçambique como uma forma de se manter no seletto hall das metrópoles coloniais do século XIX, e ganhar o respeito das mesmas. Pelo fato de ter se visto sem o centro do seu império colonial, o Brasil, em 1822, durante todo o século XIX, Portugal tentou transformar suas colônias africanas em novos Brasis (Valentim Alexandre, 1996). A possibilidade de realizar este intento veio justamente com a conquista do reino de Gaza. Mais importante do que isso, era o fato de que o império português era um império de centro fraco, pois, economicamente Portugal encontrava – se à beira da falência, visto ser um Estado basicamente agrário, fato que perdurou por grande parte do século XX, fato reconhecido pela historiografia e pela antropologia portuguesa contemporâneas.

Chaimite em si. Este autor reconstrói a partir de relatos de informantes como se deu a fundação do império de Gaza pelo avô de Ngungunhana, Manicusse, zulu vindo do norte da África do Sul³, passando pelo reinado de seu filho Muzila e o apogeu e a queda do império sob o reinado de Ngungunhana. Quanto ao seu período de governo o capitão Gomes da Costa dá destaque às tensões entre este e os portugueses, ao processo de conflito, incluindo as batalhas de Magul e Coolela, que termina com a batalha de Chaimite. Sobre esta o único registro desta fonte é a seguinte frase “ *O Gungunhana foi preso a 28 de dezembro de 1895.*” (1899: 68). Entendemos que a pouca importância dada ao evento se deve ao fato do Capitão Gomes da Costa ser contemporâneo da conquista.

Já a biografia de Joaquim Mouzinho de Albuquerque escrita por Amadeu Cunha, intitulada *Mouzinho Ação. A época. O pensamento* dá um enorme destaque a trajetória pública do biografado. Isto pode ser explicado pelo fato de que este livro foi escrito em 1956, durante o Estado Novo Português. Vale a pena mencionar que, 1955 foi o ano do centenário de seu nascimento⁴ marcado em Portugal com comemorações oficiais e uma série de publicações sobre sua trajetória.

Recorreremos aqui inicialmente às palavras do próprio Mouzinho de Albuquerque sobre a batalha de Chaimite, narrada em seu relatório sobre a prisão de Ngungunhana, procurando demonstrar a humilhação empreendida ao soberano capturado.

A povoação de Chaimite (...) era uma espécie de cidade santa dos vátuas, e deviam ter ali passado cenas de grande carnificina, tanto antigas como muito recentes, porque ao aproximarmo-nos da povoação encontramos algumas caveiras humanas já brancas, ao mesmo tempo em que se sentia um cheiro muito intenso de carne podre e os pretos disseram depois que no mato estavam vários cadáveres

³ O Capitão Gomes da Costa reconstituiu rapidamente o cisma do império zulu de Chaka, que levou Manicusse a fugir para Gaza. Max Gluckman (1963 e 1977) analisa a instituição da chefia e as disputas que a envolvem em diferentes sociedades africanas, sobretudo sociedades polígamas como é o caso da sociedade angane, que estamos estudando. Nestes estudos, Max Gluckman procura também analisar o impacto degenerador da chegada do homem branco de forma sistemática a África no século XIX. Quanto à instituição da chefia e a classificação das sociedades africanas e a sua organização, o estudo de Evans – Pritchard e Fortes (1958) nos ajuda a compreender as bases do poder de Gungunhana, visto que segundo a classificação desses autores, os nguni eram uma sociedade de tipo A, onde a chefia tem um papel central na organização político-social.

⁴ Este, juntamente com os oficiais de mais alta patente que participaram da conquista do império de Gaza e o Comissário Régio Antonio Enes formam um grupo conhecido como Geração de 1895, denominação dada pelo que pudemos averiguar na década de 1930, início do salazarismo (Leonard, 1998).

(...) Corri para ali à frente dos brancos, ao passo que o círculo dos pretos se ia apertando a pouco e pouco. Entrei na frente seguido pelo tenente graduado Couto, dr. Amaral, primeiro tenente Miranda e intérprete. Julguei, logo que entrei, que o régulo se defenderia, porque vi encostados à palissada do lado interior alguns pretos com espingardas, parecendo preparar-se para fazer fogo. Como trazia a espada na mão, corri logo sobre eles e, ou fosse porque já tivessem de todo perdida a força moral, ou por verem logo atrás de nós a testa da coluna que derrubara as estacas laterais da entrada, é certo que nenhum fez fogo, deitando todos a fugir e sumindo-se nas palhotas. Este acto de cobardia dos pretos foi providencial, pois fuzilando-me a 10 metros de distância (que maior não era a que me separava deles), teriam provavelmente morto todos os oficiais, os auxiliares teriam fugido logo, e as praças brancas, sem ter quem as dirigisse, teriam provavelmente sido trucidadas pelos 250 ou 300 pretos que depois vi que calavam dentro da povoação

(...). Vendo, logo que os pretos fugiram, sair de uma palhota próxima um homem de coroa, perguntei-lhe pelo Gungunhana, e ele apontou-me para a mesma palhota de onde saíra. Chamei-o muito de alto no meio de um silêncio absoluto, preparando-me para lançar fogo à palhota,

caso ele se demorasse, quando vi sair de lá o régulo vátua, que os tenentes Miranda e Couto reconheceram logo, por o terem visto mais de uma vez em Manjacaze

(...). Não se pode fazer idéia da arrogância com que ele se apresentou e do tom desdenhoso com que respondeu às primeiras perguntas que lhe fiz.

Mandei-lhe prender as mãos atrás das costas por um dos dois soldados pretos e disse-lhe que se sentasse. Perguntou-me onde, e como eu lhe apontasse para o chão, respondeu-me muito altivo que estava sujo. Obriguei-o então à força a sentar-se no chão (cousa que ele nunca fazia) dizendo-lhe que ele já não era régulo dos anguni, mas um matonga como qualquer outro. Quando o viram sentar, a guerra preta que a esse tempo já se tinha vindo encostar ao lado exterior da palissada, além dos que tinham trepado às árvores e ao tecto de algumas palhotas isoladas que havia no exterior mesmo próximo à palissada, levantaram grande alarido, batendo com as zagaias nas rodela em sinal de aplauso e espanto

. (MOUZINHO DE ALBUQUERQUE, *apud* BARRETO: 2007, 34-36)

Agora, vejamos a biografia propriamente dita. Lendo esta pudemos ver que Ngungunhana caiu não só porque estava politicamente fraco após as derrotas para os portugueses nos combates de Magul e Coolela, mas também porque fora traído por parentes próximos, no caso sua mãe e um de seus tios, Cuio. Estes informavam aos portugueses segundo o autor, todos os seus passos, pois, não desejavam uma guerra. Segundo o autor o oficial estava sempre comedido naqueles tempos, apesar de suas obsessão em prender o soberano de Gaza. Naquele momento, as tropas portuguesas não tinham condições materiais de empreender uma perseguição. Devido a essas péssimas condições, ele decide junto com um pequeno grupo de oficiais seguir para Chaimite à pé. Havia resolvido capturar Ngungunhana ou então morrer em Chaimite. Cunha

escreve sobre o biografado como se este fosse um personagem épico, sem defeitos.

Entre 1935 e 1936, o mesmo Amadeu Cunha publicou uma biografia do oficial em cinco fascículos, que faziam parte da coleção “Pelo Império”⁵. Através dela, foi transformado no “maior mito contemporâneo da história portuguesa para o salazarismo” (LÉONARD *apud* BARRETO, *ibidem*: 73).

Com o decreto lei nº40.329 de 8 de Outubro de 1955, foi inaugurada a Comissão Nacional para as Comemorações do Centenário de Mouzinho de Albuquerque, chamado por ela de “o português de ouro”. Houve vários títulos organizados por essa comissão. Escolhemos dois deles para analisar mais detidamente: *Ecos do centenário de Mouzinho e Livro do Primeiro Centenário de Mouzinho de Albuquerque*, ambos de 1958. “Os volumes foram escolhidos por serem obras que permitem a clara verificação dos discursos oficiais de culto a personalidade que recolocaram Mouzinho de Albuquerque na categoria de herói nacional”(BARRETO, *ibidem.*, 73).

A primeira dessas obras reúne centenas de depoimentos, que englobam opiniões de contemporâneos de Mouzinho de Albuquerque e autoridades do governo português das décadas de 1930-50, que celebram tanto a personalidade, quanto suas ações durante o tempo que serviu em Moçambique. Já a última na introdução mostra o tom do seu conteúdo

Mouzinho de Albuquerque é tratado como o herói que renovou os grandes feitos portugueses do passado na época moderna (...). Tudo isso fez de Mouzinho de Albuquerque, para o Estado português, na década de 1950, “o mais representativo soldado das gestas africanas. (LIVRO DO CENTENÁRIO DE MOUZINHO 1855-1955, *apud* BARRETO, Op. Cit.: 78)

Já Antonio Pires Nunes concebe Chaimite como algo necessário e uma “página brilhante” da história militar portuguesa. Apesar disso, não dá ao evento destaque como

⁵ Esta coleção, idealizada pela Agência Geral das Colônias, cujos autores eram em sua maioria oficiais de carreira, era destinada a um público vasto. Tinha como finalidade despertar interesse da população portuguesa, sobretudo dos jovens, com relação às colônias, enaltecendo as personalidades que marcaram a história da colonização portuguesa, visto que havia um total desconhecimento da realidade colonial pela população da metrópole. Ao publicar essa coleção, a Agência Geral das Colônias tinha como finalidade “produzir uma imagem e um discurso positivos sobre esse império” (Leonard, 1998:24). Era, portanto, uma estratégia de propaganda do regime salazarista, que utilizava como ferramenta de convencimento, uma frase de Armindo Monteiro, Ministro das Colônias de 1931-1935 “As colônias são desde já a nossa pátria, corpo e alma de Portugal”. Em finais de 1940, já havia setenta dos cento e trinta e um volumes previstos publicados. (Leonard, 1998:26).

faz Amadeu Cunha. Para o primeiro merece maior destaque a segunda campanha de Gaza ocorrida em 1897, contra Maguiguana, que havia sido chefe de guerreiro de Ngungunhana e estava liderando uma insurreição contrária ao domínio português. Esta terminou com a prisão e morte de seu líder em 10 de Agosto. A razão do autor para dar mais destaque a esta que a Chaimite é a posição ocupada por Mouzinho de Albuquerque em ambas. Se na primeira o militar era apenas um capitão de cavalaria, nesta última já ocupava o cargo de Governador-Geral de Moçambique e havia planejado sua execução. Estava portanto, numa posição de chefia, concebendo as operações militares de acordo com o seu ponto de vista.

Já a obra de Miguel Sanchez de Baêna, reúne cartas de Mouzinho de Albuquerque para seu amigo Conde de Arnoso, Bernardo Pindela, e a Aires de Ornelas. que dão conta do conflito que caracterizava a relação entre ele e a classe política lisboeta da época, bem como sua antipatia por personalidades que atuaram em Moçambique como Antonio Enes. Através delas, podemos ter uma ideia da oposição feita por este grupo e pela imprensa no que se refere à sua visão de administração colonial. Enquanto que Mouzinho de Albuquerque defendia que cada colônia deveria ter a sua própria legislação, tal como nas antigas colônias inglesas e defesa da autonomia administrativa, a classe política advogava o oposto, ou seja, a legislação deveria ser uma só para todas as colônias e as decisões de governo deveriam ser tomadas em Lisboa, pelo Ministro da Marinha e Ultramar. Suas ações após a nomeação para Governador-Geral e posteriormente como tutor do Príncipe herdeiro, Luís Felipe, levam-no a perder paulatinamente o status de herói. O choque de visões de mundo, leva o oficial a tentar um fracassado golpe de Estado para a instalação de um governo apoiado no exército. Mostrando a visão de mundo de seu biografado, Baêna apresenta a lenta gestação de uma agonia causada pela difamação do seu nome e honra. Este processo culminou com seu suicídio em 1902.

Passamos agora a mostrar as visões da Frelimo, dos historiadores René Pélissier e Malin Newitt e Maria da Conceição Vilhena a respeito da captura de Ngungunhana. O panfleto publicado pelo partido FRELIMO, tem como motivação a comemoração do retorno dos restos mortais de Ngungunhana a Moçambique, 90 anos após a sua morte no exílio, na Ilha dos Açores, em 1906. Tendo saído Gaza como tirano derrotado, seus restos mortais retornam para legitimar sua nova posição de herói num momento em que

se procura construir e organizar um Estado-Nação oito anos após o fim da guerra de independência. Este panfleto contém imagens de Gaza na época de Ngungunhana, bem como de sua família, procurando mostrar como era a organização político militar desse Estado anteriormente ao domínio português. Em seu texto, diz sobre a batalha de Chaimite apenas o seguinte: “*Ngungunhane é preso em Chaimite a 28 de Dezembro de 1895 pelo novo governador militar de Gaza, Mouzinho de Albuquerque.*” O panfleto é centrado no auge do seu governo. A prisão, símbolo de sua derrota, não merece por essa razão, cremos, grande destaque, como fica claro no trecho a seguir

A homenagem que queremos prestar-lhe e que só a independência nacional tornou possível, fundamenta-se no exemplo que nos deixou de sua heroicidade e valentia, ao fazer frente a um inimigo, que não sendo mais numeroso, possuía armas de fogo poderosas e desconhecidas dos nossos guerreiros dessa época.

Mas, a sua luta não foi travada em vão. Algumas décadas mais tarde, a Frelimo, sabendo o quanto é importante unir todo um Povo num mesmo ideal, consegue vencer, fazendo frente a superioridade da máquina de guerra que é igualmente montada contra nós.

Nessa pátria hoje libertada, ao prestarmos homenagem ao Ngungunhane, queremos lembrar também os muitos milhares de moçambicanos que, de norte a sul do país, nos deixam como herança o exemplo das suas vidas e o seu amor pela liberdade da terra e dos homens.

É essa pátria que queremos construir, onde não exista exploração e a opressão e os nossos filhos possam crescer em paz e na prosperidade, que tem consigo a alegria e a felicidade. (FRELIMO, apud BARRETO, ibidem: 124)

René Pélissier se refere da seguinte maneira à batalha de Chaimite

(...) nenhum feito de armas da história colonial recente entusiasmou tanto os portugueses como a irrupção de Mouzinho de Albuquerque, à frente de 45 soldados portugueses, dois oficiais e um médico no kraal de Chaimite, onde se refugiara o Gungunhana. Em termos concretos, foi uma simples acção de comandos como tantos que haviam sido efetuadas por oficiais britânicos, franceses, belgas e alemães. Só teve importância por seu resultado: a prisão de Gungunhana no meio dos seus (Pélissier, 2000: 301).

Para este autor, Chaimite foi a “bóia de salvação” de “uma sociedade e um governo afogados na delinquência” (Pélissier, idem). O ocorrido teria sido um “golpe de mão” de um oficial que alcançou sua glória, um posto administrativo de Governador Geral, honrarias e um desvalimento que culminou no seu suicídio em 1902 (Pélissier, 2000: 301-302). Malin Newitt (1995) ao contrário, não faz considerações sobre o significado da prisão apenas narrando os acontecimentos. Na única menção a Chaimite comenta que Ngungunhana foi preso em 28 de Dezembro.

Já Maria da Conceição Vilhena, traça o retrato de Ngungunhana como uma vítima do colonialismo e cria a sua própria visão do último soberano de Gaza como um herói. Para ela, este estava situado entre dois mundos: as tradições africanas e as disputas entre os Estados europeus. Diante disso, fez o que pôde para se manter no poder. A visão é contrária à construída pela FRELIMO, que o vê como um herói por ter resistido à conquista portuguesa. O folheto pode ser enquadrado no modelo de biografias clássicas, visto que

Ngungunhana é retratado como um rei corajoso, que resistiu às incursões portuguesas para conquistar Gaza. Abundam em suas paginas termos elogiosos dirigidos aos nguni bem como ao império de Gaza, sobretudo no que concerne à sua organização militar. (BARRETO, ibidem, 114).

No mesmo ano da publicação do folheto em Moçambique, Samora Machel viaja a Portugal tendo dois objetivos em mente: levar de volta ao seu país os restos mortais de Ngungunhana, enterrados no cemitério de Angra do Heroísmo nos Açores e para estabelecer uma cooperação com a antiga metrópole. O retorno dos restos mortais só aconteceria em 1985. Vale à pena dizer que, dado o fato de que o corpo foi enterrado em cova rasa e sem identificação, não era possível encontrar seus restos mortais. A solução deu-se de forma simbólica, um punhado de terra do cemitério foi depositado numa urna funerária.

A chegada dos “restos mortais” ao país se deu cerimonialmente. Ao desembarcar foi carregada por doze militares. A recepção teria sido cercada de silêncio e emoção. A celebração que se seguiu era digna do enterro de Chefes de Estado. Tocou-se o hino nacional acompanhado de tiros de artilharia, em seguida a urna é levada para uma viatura militar, na qual segue até a o Conselho Executivo, onde é colocada no Salão

Nobre. Centenas de milhares de pessoas teriam ido vê-la. Maria da Conceição Vilhena, dá-nos a conhecer a reação daqueles que observavam o trajeto

Era magnificente aquela urna enorme. Exalava grandeza e o desejo de domínio. Um convite ao heroísmo. Era a negação da história de um pouco mais de um século; e um elo de ligação com o espírito de Gaza até 1894.

De lágrimas nos olhos o povo via passar a urna; e esquecia querelas antigas, fome, lixo, decrepitude, desconforto, guerra. A urna de Gungunhana parecia ser portadora de uma mensagem de paz e bem-estar. (VILHENA, 1999: 118)

Nesta passagem é possível verificar os princípios que norteavam a gestação da nação independente havia dez anos. No que se refere a FRELIMO e ao seu projeto de formação do Estado, não se pode perder de vista o tom nacionalista. Importante também é seu desejo da construção do homem novo, neste contexto as palavras de ordem eram entre outras “abaixo o feudalismo”, “abaixo o tribalismo”, “abaixo o capitalismo”, “abaixo o obscurantismo”, “a luta continua”. Houve a nacionalização de setores considerados estratégicos pelo Estado, a planificação da economia e o controle de todas as formas de associação. Foi feita uma campanha acirrada contra o colonialismo e a tradição, vistas como “feudalismo” e “obscurantismo”. Os chefes tribais e as religiões tradicionais eram combatidos. Buscava-se também eliminar as diferenças étnicas e culturais. Para Samora Machel era necessário “matar a tribo para construir a nação”. Para não exacerbar diferenças entre as diferentes etnias, o português foi escolhido como língua oficial em detrimento de uma das 24 línguas faladas no país. A FRELIMO buscava dessa forma

inventar um país imaginário, de ficção, onde uma aliança de operários e camponeses delegou sua autoridade ao partido Frelimo para que pudesse exercer a sua ditadura em seu nome contra os seus inimigos, os inimigos do povo. A ideologia “marxista-leninista” se tornou um corpo dogmático, o instrumento conceitual da invenção do país imaginário e o fiador da coerência interna da ficção na qual se sustentava o projeto do poder nacionalista. (Geffray, apud Fry, 2001:15)

Tendo em mente o conceito de comunidades imaginadas de Benedict Anderson (2005), podemos dizer que em Moçambique

o governo do Estado que se formava a partir de 1975, herdou a estrutura administrativa deixada pelo governo colonial. Como toda a nação em formação, deu-se em Moçambique o processo de eleição de símbolos que exerceriam uma função determinada: a de unificar o imaginário coletivo criando assim uma identificação entre ele e o povo tendo como base uma ideia de resistência. No caso de Ngungunhana, a Frelimo organizando um Estado recém saído de uma guerra de independência, e sendo liderada por um grupo originário da região sul do país, o elege como símbolo nacional devido a resistência que demonstrava a ser submetido pelos portugueses, o que acabou ocorrendo, dando origem a efetiva dominação do território da qual o Frelimo os libertava. Com isso buscava-se criar uma identidade entre as populações locais, de tradições culturais bastantes distintas. Era necessário encontrar algo que unificasse todos os moçambicanos independentemente de origens etnolinguísticas, para que fosse despertado um sentimento de pertencimento a uma mesma nação. Este sentimento seria despertado pela luta em comum pela independência e pela identificação com aquele que se tornou um ícone da resistência. (BARRETO, ibidem, p. 20-21)

Importante também é entender o contexto interno em que se dá o retorno dos restos mortais de Ngungunhana. A RENAMO, movimento de oposição, apoiada pela África do Sul e pela Rodésia do Sul, contrárias a instalação de governos de base marxista-leninista na região, conseguia apoio de grande parte da população por defender a manutenção das tradições. Neste momento, o país passa por muitas dificuldades. Estando em guerra civil, o quadro é de fome e migração da população para países vizinhos. O acontecimento de 1985 era portanto, de grande importância para a FRELIMO. O partido buscava com isso despertar um sentimento nacionalista na opinião pública. A intenção era apresentar Ngungunhana não só como herói de Gaza, mas de todo o povo. Esta é verificável em uma passagem do folheto comemorativo

Ao comemorar o 10º aniversário da independência nacional, Moçambique recebe os restos mortais de Ngungunhana, um dos grandes heróis da resistência à ocupação colonial (...). O regresso dos seus restos mortais representa para cada moçambicano um motivo de orgulho e de patriotismo (...). A homenagem que queremos prestar-lhe e que só a independência nacional tornou possível fundamenta-se no exemplo que nos deixou de sua heroicidade e valentia, ao fazer frente a um inimigo, que não sendo mais numeroso, possuía armas de fogo poderosas e desconhecidas dos nossos

guerreiros dessa época. Mas, a sua luta não foi travada em vão. Algumas décadas mais tarde, a Frelimo, sabendo o quanto é importante unir todo um Povo num mesmo ideal, consegue vencer, fazendo frente à superioridade da máquina de guerra que é igualmente montada contra nós (...). Nessa pátria hoje libertada, ao prestarmos homenagem ao Ngungunhana, queremos lembrar também os muitos milhares de moçambicanos que, de norte a sul do país, nos deixam como herança o exemplo das suas vidas e o seu amor pela liberdade da terra e dos homens. (FRELIMO, apud BARRETO, 2007: 123-124)

Como conclusão podemos dizer que a recuperação desses dois indivíduos auxilia na compreensão do colonialismo e de suas sequelas. Para Portugal, as biografias de cunho heróico de Mouzinho de Albuquerque podem ser compreendidas como uma tentativa do país de recuperar um passado glorioso em um momento em que ocupa uma posição periférica. Já no contexto moçambicano, para uma dada elite regional, é uma busca, no passado, de uma legitimação para suas ações na década de 1980.

BIBLIOGRAFIA E FONTES

ANDERSON, Benedict. Comunidades Imaginadas reflexões sobre a origem e a expansão do nacionalismo, Lisboa, Edições 70, 2005.

Arquivo Histórico de Moçambique. Ngungunhane – herói da resistência colonial, Maputo, Partido Frelimo, 1985.

BARRETO, I.S.L.J. Mouzinho de Albuquerque e Ngungunhana: um estudo de caso do processo de construção de heróis nacionais em Portugal e Moçambique. Rio de Janeiro: UFRJ, IFCS, 2007.

BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: FERREIRA, Marieta de Moraes e AMADO, Janaína. Usos e Abusos da História Oral, Rio de Janeiro, Editora FGV, 1996.

Capitão GOMES da COSTA, Gaza 1897-1898, Lisboa, M. Gomes Editor, 1899.

CUNHA, Amadeu. Mouzinho – acção. O pensamento. A época, Lisboa, Agência Geral das Colônias, 1956.

ELIAS, Norbert. Mozart – Sociologia de um gênio, Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 1995.

_____. O Processo Civilizatório, Rio de Janeiro, JZE, 1994, 2 v.

EVANS - PRITCHARD, E.E. e FORTES, M. African Political Systems, London, Oxford University Press, 1958.

FRY, Peter(org.). Moçambique: ensaios, Rio de Janeiro, Editora UFRJ, 2000.

GLUCKMAN, Max. Politics, Law and Ritual in tribal Society, Oxford, Basil Blackwell, 1977.

_____. Order and Rebellion in Tribal Africa, New York, The Free Press of Glencoe, 1963.

MATSINHE, Cristiano. Biografias e Heróis no imaginário nacionalista moçambicano, Museu Nacional, 1997, Dissertação de Mestrado.

MOUZINHO DE ALBUQUERQUE. Livro das Campanhas, Moçambique 1896-1898, Agência

Geral das Colônias, Lisboa, 1935, 2 v.

PALLARES–BURKE, Maria Lúcia Garcia. Gilberto Freire: um vitoriano dos trópicos, São Paulo, UNESP, 2005.

PÉLISSIER, René. História de Moçambique, Lisboa, Editorial Estampa, 2000.

POLLACK, Michael. Memória e Identidade Social, Estudos Históricos, 1992/10, pp. 200-215.

SAID, Edward. Orientalismo, São Paulo, Companhia das Letras, 1990.

VALENTIM ALEXANDRE, Manoel. Velho Brasil Novas Áfricas, Lisboa, Editorial Estampa, 1996.

VILHENA, Maria da Conceição. Gungunhana – grandeza e decadência de um império africano, Lisboa, Edições Colibri, 1999.